



MAIS DE 30 ANOS  
A CONVERTER  
CONHECIMENTO  
EM VALOR

# Concurso Público

## Programa de Procedimento

### Aquisição de serviços de análises de biogás

setembro 2022

## PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

### 1. TIPO DE PROCEDIMENTO

Concurso público ao abrigo da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de janeiro, devidamente atualizado.

#### 1.1 Identificação do concurso

Concurso público “2022 CPUB/12/A&F - Aquisição de serviços de análises de biogás”, nos termos e condições definidas nas especificações constantes do caderno de encargos e respetivos anexos.

#### 1.2 Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é o “INEGI – Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial”, de agora em diante designado por INEGI, titular do NIPC nº 501 814 957, com sede na rua Dr. Roberto Frias, nº 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

- Rua Dr. Roberto Frias, nº 400, 4200-465, freguesia de Paranhos, concelho do Porto
- Telefone: +351 22 957 87 10
- Fax: +351 22 95 37 352
- Correio eletrónico: [inegi@inegi.up.pt](mailto:inegi@inegi.up.pt)
- Plataforma eletrónica de contratação pública: <https://www.acingov.pt>

#### 1.3 Órgão que tomou a decisão de contratar

A deliberação de contratar foi tomada pela Comissão Executiva na reunião de 26.09.2022, ratificada na reunião do Conselho de Administração seguinte.

#### 1.4 Órgão competente para prestar esclarecimentos

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Júri do procedimento.

#### 1.5 Documentos de habilitação

Nos termos do artigo 81º do CCP, o adjudicatário deve apresentar seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II ao CCP (Anexo II ao presente convite);
- b) Cópias dos documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas

alíneas b), d), e) e h) do, n.º 1, do artigo 55º do CCP.

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa ou inglesa;

Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em outra língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Em caso de subcontratação, os documentos referidos no número anterior devem ser apresentados também pelos subcontratados.

Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

### **1.6 Prazo de apresentação dos documentos de habilitação**

Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser obrigatoriamente apresentados no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da notificação da adjudicação, sob pena de não o sendo, nos termos do n.º 1 do artigo 86º do CCP, a adjudicação caducar.

Serão concedidos 5 (cinco) dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86º do CCP, contados após notificação do adjudicatário, da resposta que defira a pronúncia em sede de audiência prévia, nos termos do n.º 2 do referido artigo.

### **1.7 Proposta e documentos da proposta**

A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, de acordo com o Anexo I do presente programa;
- b) Cópia da certidão permanente atualizada ou código de acesso ou documento equivalente comprovativo de registo comercial;
- c) Proposta de preço, nos termos do modelo da proposta constante do anexo III ao presente programa de procedimento;
- d) Outros documentos que o concorrente apresente ao abrigo do art. 57º, n.º 3, do CCP

1.7.1 O preço global da proposta deve ser indicado em algarismos e por extenso, referindo expressamente que não inclui o IVA;

1.7.2 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

## 1.8 Assinaturas

Nos termos do nº 4 do artigo 57º do CCP, a declaração referida na alínea a) do número anterior, deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

Todos os documentos carregados na plataforma eletrónica têm de ser assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto, **sob pena de exclusão da proposta;**

Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

Todos os documentos deverão ser individualmente assinados eletronicamente, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura das pastas em que os documentos estejam inseridos.

## 1.9 Agrupamento concorrente

Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no número anterior, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

## 1.10 Idioma

Sem prejuízo do disposto no número seguinte, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

## 1.11 Propostas variantes

Não serão aceites propostas variantes.

## 1.12 Modo de apresentação das propostas

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados diretamente na plataforma eletrónica indicada em 1.2.

## 1.13 Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas até às **23h59m**, do 30º dia contado da data do envio do anúncio no Jornal Oficial da União Europeia.

### **1.14 Prazo de obrigação de manutenção das propostas**

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

### **1.15 Critério de adjudicação e desempate**

O critério que presidirá à adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa para o INEGI, segundo a modalidade de monofator, nos termos do disposto no artigo 74º, n.º 1, al. b) do CCP, tendo em conta o modelo de avaliação das propostas constante no anexo ao presente Programa de Procedimento.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será privilegiada a proposta que apresente o maior número de gases para os quais o laboratório consegue obter resultados com métodos acreditados pela norma EN 17025. Caso a situação de empate se mantenha será privilegiada a proposta que apresente o menor prazo de entrega dos resultados.

### **1.16 Caução**

Não é exigida prestação de caução, mas a fim de garantir o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que o adjudicatário assume com a celebração do contrato, nos termos do n.º 3 do artigo 88º do CCP, poderá o INEGI, se o considerar conveniente, proceder à retenção até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

Se tiver sido esse o caso, o valor retido a que se refere o número anterior é liberado nos termos do artigo 295º do Código dos Contratos Públicos.

### **1.17 Possibilidade de adoção de um ajuste direto**

Se no futuro vierem a ser necessários novos serviços que consistam na repetição de serviços similares ao do objeto do presente concurso, poderá ser adotado um ajuste direto para a sua aquisição, nos termos e condições do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 27º do CCP.

### **1.18 Preço anormalmente baixo**

Sem prejuízo do disposto no n.º 2, do artigo 71º, do CCP, foram definidos preços anormalmente baixos.

## **2. CONTRATO RESERVADO**

Não se trata de um contrato reservado, nos termos do disposto nos artigos 54º-A e 250º-D.

### 3. DESPESAS

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos concorrentes ou do adjudicatário, conforme o caso.

### 4. PREVALÊNCIA

As normas do programa do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

### 5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente programa do procedimento, aplica-se o disposto no CCP.

### 6. ANEXOS

Anexo I – Modelo de declaração (Anexo I do CCP)

Anexo II – Modelo de declaração (Anexo II do CCP)

Anexo III – Modelo de proposta

## ANEXO I

### [Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do nº 1.7 do programa do procedimento]

*(Artigo 57º, nº 6 do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)*

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP pré-preenchido pelo INEGI, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://ec.europa.eu/tools/espd/filter>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- As **PARTES IV e V** do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

## ANEXO II

### Modelo de declaração

*(Artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, devidamente atualizado)*

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



### ANEXO III (modelo de proposta)

#### PROPOSTA

[identificação do representante legal do concorrente], na qualidade de [qualidade em que subscreve a declaração] da [identificação da sociedade ou do agrupamento] depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para formação de contrato de “Aquisição de serviços de análises de biogás”, a que se refere o programa de procedimento datado de [data do envio], organizado pelo INEGI - Instituto de Ciência e Inovação em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial, declara sob compromisso de honra que a sua representada se obriga a executar o referido contrato de harmonia com o disposto no programa de procedimento e no caderno de encargos, nos seguintes termos e preços:

Parâmetros de avaliação	Preços base unitários €	Preço unitário proposto €
O <sub>2</sub> , CO <sub>2</sub> , N <sub>2</sub> , CH <sub>4</sub> , H <sub>2</sub> , etileno, acetileno, etano	81.69	(...)
Sulfureto de hidrogénio	70.27	(...)
Silanos e siloxanos	206.81	(...)
Compostos orgânicos de enxofre	157,68	(...)
Compostos vestigiais	315.92	(...)
Monóxido de carbono	52,56	(...)
Amoníaco	103,40	(...)
Cálculo do valor calorífico	10,85	(...)

Local e data,

\_\_\_\_\_  
(assinaturas)

#### OBSERVAÇÕES:



MAIS DE 30 ANOS  
A CONVERTER  
CONHECIMENTO  
EM VALOR

**INEGI - Instituto de Ciência e Inovação  
em Engenharia Mecânica e Engenharia Industrial**

Campus da FEUP | Rua Dr. Roberto Frias, 400 | 4200-465 Porto | PORTUGAL

T. +351 22 957 87 10 | F. +351 22 953 73 52 | [inegi@inegi.up.pt](mailto:inegi@inegi.up.pt)

[www.inegi.up.pt](http://www.inegi.up.pt)

